

Constituinte aprova turno de 6 horas

BRASÍLIA — A Constituinte aprovou ontem a jornada de seis horas para o trabalho que é feito em turnos ininterruptos de revezamento — com possibilidade de negociação de horas-extras em acordo coletivo —, beneficiando diretamente os trabalhadores de setores como o hospitalar, petroquímico, siderúrgico e metalúrgico. A decisão do plenário significa uma derrota política para o PFL, o Centrão e para os setores interessados no adiamento dos trabalhos da Assembléia, que tentaram obstruir a votação.

Apesar dos esforços das lideranças do PFL e do Centrão, assim que o painel registrou que o quorum fora alcançado muitos deputados que ainda não haviam votado acorreram aos postos avulsos. O resultado final foi de 49 votos pela supressão, 330 pela manutenção e dez abstenções, num total de 389.

Na votação seguinte reapareceram os constituintes que haviam se retirado para obstruir. E o quorum subiu para 446, dos quais 443 votaram a favor de destaque do Deputado João Paulo (PT-MG) suprimindo a expressão "máxima". Esta alteração, compromisso assumido ainda no primeiro turno, permite a hora-extra através de acordo coletivo entre patrões e empregados. A diferença é que os trabalhadores receberão 50 por cento a mais, no mínimo, pelas horas-extras, de acordo com dispositivo aprovado terça-feira.

A primeira manobra de obstrução foi conduzida pessoalmente pelo Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA), que orientou sua bancada para se retirar no momento da votação do parágrafo segundo do artigo 5. O dispositivo assegura que os direitos e garantias inscritos na Constituição têm aplicação imediata.

A derrota da manobra foi comemorada pelos parlamentares "progressistas" no plenário e, nas galerias, por representantes dos trabalhadores interessados nas seis horas, que compareceram vestidos com camisas formando a frase: "Votação já".

Quando o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, anunciou a votação dos destaques supressivos do turno de seis horas, o líder do Centrão Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) tentou mais uma vez a obstrução, alegando que havia chance de acordo com respaldo do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos



Deputados comemoram no plenário a vitória da jornada de seis horas

SUPRESSÃO ABRE ESPAÇO À NEGOCIAÇÃO

BRASÍLIA — Com a supressão da palavra "máxima" — o texto original do projeto de Constituição estipulava uma "jornada máxima de seis horas" — fica aberta a possibilidade de negociação entre patrões e empregados. Mas o texto permite que os trabalhadores, se não quiserem fazer hora extra, não aceitem o aumento do período de trabalho diário.

Os representantes do empresariado e dos trabalhadores que acompanharam ontem as negociações e a votação do dispositivo que garante a jornada de trabalho de seis horas para os turnos ininterruptos de revezamento saíram do prédio do Congresso convencidos

de que poderá ser mantida a jornada de 44 horas semanais para os setores atingidos pela decisão.

A definição do número de horas que os trabalhadores dos setores que atuam em turnos de revezamento terão de dedicar às empresas será feita durante as negociações dos dissídios coletivos ou individualmente, por empresa. As assembleias dos empregados, em último caso, é que decidirão. E sempre que a jornada for superior a seis horas, os trabalhadores terão direito a hora extra com 50 por cento de acréscimo sobre a hora normal.

de São Paulo, Luís Medeiros. O Vice-Líder do PFL, Inocêncio de Oliveira (PE), pediu à bancada que não votasse para forçar o entendimento.

Ninguém se inscreveu, porém, para defender a supressão do dispositivo. O Deputado Antônio Konder Reis (PDS-SC) falou pela manutenção do texto, dizendo que, com o acordo já feito para permitir a realização de horas-extras, que seria votado em seguida, o aumento de custos seria "pequeno e desprezível diante da importância da conquista".

Na mesma sessão, foi aprovada emenda incluindo que nos casos previstos de prisão (flagrante e por ordem judicial escrita) estariam os crimes militares. Foram rejeitadas emendas do Senador Pompeu de Souza (sem partido-DF), que tornava gratuito, para pessoas reconhecidamente pobres, os atos do registro civil; e do Deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), que retirava a exigência de que tem que ser intencional a retenção de salário considerada criminosa.

Ulysses rompe regra e procura Líderes

Informado, de manhã, das intenções do Líder do PFL, José Lourenço (BA), de esvaziar o plenário e evitar a votação da jornada de seis horas, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (SP), rompeu uma regra de comportamento e participou, pela primeira vez, de uma reunião dos Líderes partidários. Ulysses foi encontrado no gabinete da Liderança do PMDB, e pediu-lhes, formalmente, que garantissem o quorum na sessão da tarde.

— Não vim aqui para dar opinião sobre estas matérias, porque não as conheço bem. Entendo bem de quorum, e vim pedir que haja quorum hoje à tarde — falou Ulysses, interrompendo o debate sobre a obrigatoriedade de mandado judicial para a efetivação de prisões.

Numa sala próxima, representantes dos partidos de esquerda, sindicalistas e empresários debatiam o turno de seis horas, coordenados pelo Vice-Líder do PMDB, Deputado Antônio Britto (RS). O empresário Jorge Gerdau Johannpeter defendia a troca das seis horas por uma jornada semanal de 40 horas, mas o Presidente da CUT, Jair Meneguelli, resistia. Ao configurar-se o impasse, Gerdau advertiu:

— Se não houver acordo, pode não haver votação, pode emperrar a Constituinte.

No início da tarde, Lourenço reuniu seus Vice-Líderes para fazer um balanço. Ficou desesperado ao ser informado de que a Liderança do PDS não o acompanharia. Diri-

gindo-se ao plenário, percorreu todas as fileiras do lado direito, avisando aos integrantes da sua bancada:

— Quando chegar aos pontos polêmicos, vamos embora.

Chegou o momento da votação da emenda que suprimiria o turno de seis horas. Descontrolado, o Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), coordenador do Centrão, tentou retirar o Líder do PDS, Deputado Amaral Netto (RJ), do plenário, mas ouviu uma resposta firme:

— Vou registrar o meu voto. Não estou aqui para passar por covarde — desabafou Amaral, perto do microfone de apertes, sendo ouvido pelo plenário. Votou contra.

Definido o resultado, Gerdau deixou o Congresso às pressas, evitando dar entrevistas.